

FH critica programa de governo do PT

CÉSAR FELÍCIO E SONIA CARNEIRO

BRASÍLIA – O presidente Fernando Henrique Cardoso, em sua primeira visita ao comitê de campanha pela reeleição, ontem à noite, criticou o programa de seu principal adversário, Luís Inácio Lula da Silva (PT). “Eu não faço promessas. Promessa é quando você diz que vai fazer tal coisa e não diz como fazer. Dinheiro não se cria no vazio”, afirmou, se referindo em seguida à proposta de Lula de usar R\$ 50 bilhões do FGTS e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para aplicar na área social. “Não se pode usar o patrimônio desta maneira. Isto é a mesma coisa que liquidar o futuro”, afirmou.

Fernando Henrique disse que “nem sempre foi possível cumprir” as metas estabelecidas no seu programa de governo elaborado para a eleição de 1994. Segundo o presidente, que se reuniu no comitê com a equipe que está elaborando o programa de governo para um eventual segundo mandato, “muitas vezes você imagina que tem determinado recurso e os recursos não estão lá, porque diminui a arrecadação ou tem um problema adicional.”

A primeira etapa da prestação de contas do governo Fernando Henrique Cardoso começou ontem, com a divulgação de seis dos 25 cadernos com um balanço nos setores da Saúde, Comunicações, Defesa Nacional, Meio Ambiente, Política Industrial e Esportes. O coordenador político do comitê de Fernando Henrique, o ex-deputado Euclides Scalco, afirmou que as publicações não serão usadas como peças de marketing, mas material para servir de base a um amplo debate pela sociedade.

O presidente Fernando Henrique foi pela primeira vez ao seu comitê de campanha para se reunir com a equipe que comanda a elaboração da proposta de governo para um segundo mandato. O trabalho deverá estar concluído até 20 de agosto, data prevista para a sua divulgação.

O coordenador do programa de governo, Carlos Pacheco, afirmou que o presidente “cumpru 100% do que prometeu na campanha de 1994, e em alguns casos até ultrapassou as metas prometidas”. Mas desaconselhou a comparação literal das metas divulgadas ontem com as que foram prometidas no programa Mãos à Obra. “Há coisas do Mãos à Obra que não foram cumpridas tal qual estavam lá, pois foram feitas de forma diferen-

te e, portanto, sofreram modificações. Mas as diretrizes fundamentais do programa foram obedecidas à risca”, afirmou Pacheco.

Cadernos – Os cadernos também trazem as primeiras metas para a plataforma do presidente Fernando Henrique para um segundo mandato. Na saúde, o governo investirá R\$ 40 bilhões no setor, quadruplicando os investimentos, que atingem R\$ 19,5 bilhões. Na política industrial, as perspectivas para 2002 são de dobrar as receitas com as exportações para US\$ 100 bilhões em cinco anos. Na Defesa Nacional, a grande meta para o ano 2000 é a entrada em vigor da primeira fase do projeto Sivan, no valor de R\$ 1,3 bilhão. Nas telecomunicações, o governo se compromete a universalizar os serviços aumentando as atuais linhas telefônicas de 17 milhões para 33 milhões em 2001, e para 40 milhões em 2003. Até 31 de dezembro de 2005, toda a localidade com mais de 300 habitantes terá rede de telefonia fixa, e com mais de 100 habitantes, um telefone público.

O número de telefones públicos atingirá a meta de 981 mil unidades instaladas até 2001. Em cinco anos todo o pedido de instalação de telefones novos será atendido em duas semanas. E a partir de 99, todo o bairro ou conjunto residencial terá três telefones públicos por grupo de mil habitantes. Em dois anos, as escolas e hospitais serão atendidas com linhas telefônicas com acesso à Internet. E para os deficientes auditivos e de fala, em menos de dois anos, as empresas de telefonia terão à disposição centros de atendimento para intermediar as comunicações.

O maior êxito do governo destacado por Pacheco foi o aumento dos gastos com a saúde, que duplicaram nos últimos dois anos, de R\$ 9 bilhões para R\$ 19,5 bilhões. Com relação às promessas contidas no programa Mãos à Obra, onde o gasto per capita com a saúde era de R\$ 80, o governo ultrapassou a meta, atingindo R\$ 120 per capita em 98. A previsão é chegar a R\$ 195 per capita em 99. Se for aprovada a lei que vincula ao orçamento à arrecadação das contribuições sociais, o montante se elevará a R\$ 250 per capita. “O governo conseguiu resolver a crise do modelo da Saúde”, disse Scalco.

Na política industrial, foi destacado o aumento dos investimentos estrangeiros que chegaram a R\$ 31,3 bilhões, tornando o Brasil, o segundo país do mundo na captação de recursos do exterior.